
BW Guirapá I S.A. e controladas

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
BW Guirapá I S.A. e controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BW Guirapá I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

BW Guirapá I S.A. e controladas

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



BW Guirapá I S.A. e controladas

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 11 de abril de 2025

A large, stylized handwritten signature in blue ink that reads "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior".

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

Em milhares de reais

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	922	1.078	108.518	115.942	Fornecedores	13	-	24	2.415	5.605
Contas a receber	8	-	-	10.677	10.531	Financiamentos	15	-	-	26.142	26.758
Estoque		-	-	2.466	1.148	Impostos e contribuições sociais		7	7	806	555
Tributos a recuperar		1.071	815	10.100	6.170	Contas de ressarcimento CCEE	14	-	-	54.852	64.841
Dividendos a receber	9	2.626	2.616	-	-	Arrendamentos a pagar	17	-	-	614	624
Outros		79	79	2.685	3.073	Outras contas a pagar		2	-	1.290	1.360
Total do ativo circulante		4.698	4.588	134.446	136.864	Total do passivo circulante		9	31	86.119	99.743
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Depósitos vinculados	15	15.493	14.138	30.863	29.864	Financiamentos	15	-	-	159.768	183.517
						Contas de ressarcimento CCEE	14	-	-	23.983	2.254
						Provisão para custos com desmobilização	16	-	-	23.381	28.623
Investimentos	9	463.671	479.245	-	-	Arrendamentos a pagar	17	-	-	6.587	6.868
Imobilizado	10	1.015	1.128	585.572	620.606	Partes relacionadas	26	16.310	14.711	-	-
Intangível	11	52	79	8.768	9.173	Total do passivo não circulante		16.310	14.711	213.719	221.262
Direito de uso em arrendamento	12	-	-	8.799	8.934						
		464.738	480.452	603.139	638.713	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social integralizado	18	604.389	604.389	604.389	604.389
						Prejuízos acumulados		(135.779)	(119.953)	(135.779)	(119.953)
Total do ativo não circulante		480.231	494.590	634.002	668.577	Total do patrimônio líquido		468.610	484.436	468.610	484.436
TOTAL DOS ATIVOS		484.929	499.178	768.448	805.441	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		484.929	499.178	768.448	805.441

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE ENERGIA	19	-	-	94.105	117.807
Custos com geração de energia	20	-	-	(97.313)	(85.054)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		-	-	(3.208)	32.753
Despesas gerais e administrativas	21	(189)	(93)	(9.230)	(7.661)
Outras receitas e (despesas) líquidas	22	(100)	(102)	113	10.227
Equivalência patrimonial	9	(15.565)	24.770	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(15.854)	24.575	(12.325)	35.319
Despesas financeiras	23	(1.674)	(1.962)	(23.388)	(26.306)
Receitas financeiras	23	1.702	1.869	20.045	17.125
Resultado financeiro, líquido		28	(93)	(3.343)	(9.181)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(15.826)	24.482	(15.668)	26.138
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24	-	-	(158)	(1.656)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(15.826)	24.482	(15.826)	24.482
Quantidade média ponderada de ações – em milhares				1.001	1.001
LUCRO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL (EM R\$)	18			(15,80)	24,45

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ABRANGENTE
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(15.826)	24.482	(15.826)	24.482
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(15.826)</u>	<u>24.482</u>	<u>(15.826)</u>	<u>24.482</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	18	604.389	(144.435)	459.954
Lucro do exercício		-	24.482	24.482
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	18	<u>604.389</u>	<u>(119.953)</u>	<u>484.436</u>
Prejuízo do exercício		-	(15.826)	(15.826)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	18	<u>604.389</u>	<u>(135.779)</u>	<u>468.610</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Rm milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) do exercício		(15.826)	24.482	(15.826)	24.482
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício:					
Equivalência patrimonial	9	15.564	(24.770)	-	-
Depreciação e amortização	10, 11 e 12	59	63	44.661	43.511
Baixa de ativo imobilizado	10	81	-	861	
Efeito líquido da reversão de desmobilização e amortização	10 e 16	-	-	(5.242)	(10.626)
Atualização ressarcimento - CCEE	14	-	-	3.211	3.336
Atualização arrendamento a pagar	17	-	-	414	377
Juros sobre financiamento	15 e 23	-	-	18.639	21.240
Apropriação dos custos sobre financiamento	15	-	-	455	455
Juros sobre partes relacionadas	26	1.599	1.889	-	-
Juros e variações monetárias		-	-	377	377
Rendimento financeiro de depósitos vinculados	15	(1.355)	(1.484)	(2.754)	(3.030)
(Aumento) redução de ativos:					
Contas a receber		-	-	(146)	(372)
Estoque		-	-	(1.318)	(289)
Impostos a recuperar		(256)	(219)	(3.930)	(250)
Outros ativos		-	-	425	9
Aumento (redução) de passivos:					
Fornecedores		(17)	18	(3.567)	(1.709)
Conta de ressarcimento - CCEE		-	-	8.529	(9.756)
Impostos e contribuições sociais		(7)	(4)	93	(1.709)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	158	1.656
Outras contas a pagar		2	(2)	(70)	(67)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	(2.376)
Pagamento de financiamento – juros	15	-	(450)	(17.095)	(19.135)
Caixa Líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(156)	(477)	27.875	46.124
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Depósitos vinculados		-	2.168	1.755	3.541
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	-	-	(9.654)	(17.900)
Recebimento de dividendos		-	109	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		-	2.277	(7.899)	(14.359)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Pagamento de financiamento - principal	15	-	-	(26.364)	(26.090)
Amortização de arrendamentos	17	-	-	(1.036)	(1.175)
Partes relacionadas	26	-	(1.704)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		-	(1.704)	(27.400)	(27.265)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(156)	96	(7.424)	4.500
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	1.078	982	115.942	111.442
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	922	1.078	108.518	115.942
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(156)	96	(7.424)	4.500

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BW Guirapá I S.A. (“Companhia”), com sede na Avenida Santana, n.º 253, 2º Andar, Centro, Caetité – BA, foi constituída em 1º de fevereiro de 2012, tendo como objetivo a participação no capital de outras sociedades que tenham como objeto o segmento de energia eólica. Atua como empresa “holding” destinada, exclusivamente, aos investimentos relacionados ao empreendimento denominado “Complexo Guirapá”, composto por sete parques eólicos denominados “Centrais Eólicas”, que têm como objetivo a exploração do ramo de geração de energia elétrica como produtora independente, localizadas nos municípios de Pindaí e Caetité no Estado da Bahia. A Companhia é 100% controlada pela Cia de Ferro Ligas da Bahia – FERBASA (“Ferbasa”).

Segundo as Portarias do Ministério de Minas e Energia (“MME”), abaixo detalhadas, as companhias estão autorizadas a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos a partir de fevereiro de 2012. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2011 (“LER 2011”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), no ambiente regulado com a CCEE, por meio do qual venderão toda sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 (vinte) anos. As Centrais Eólicas tiveram seu início de período de suprimento concatenado com a data da disponibilização das instalações da transmissão da subestação SE Pindaí II, que ocorreu em 16 de novembro de 2015.

A seguir, apresentamos o resumo das características operacionais de cada uma das Centrais Eólicas:

Central Eólica	Capacidade instalada (MW) ^(*)	1ª Portaria de Autorização do MME ⁽¹⁾	Energia contratada	Preço inicial do Contrato (R\$/MWh)	Preço atualizado (R\$/MWh) ⁽³⁾
			2º ano do 3º quadriênio (MWmed) ⁽²⁾		
Angical	12,95	37, de 03/02/2012	5,0	99,98	207,96
Caititu	22,2	54, de 09/02/2012	9,8	99,98	207,96
Coqueirinho	29,6	53, de 09/02/2012	12,4	96,97	201,70
Corrupião	27,75	70, de 22/02/2012	11,7	96,97	201,70
Inhambu	31,45	69, de 22/02/2012	15,0	96,97	201,70
Tamanduá Mirim	29,6	52, de 09/02/2012	12,3	96,97	201,70
Teiú	16,65	36, de 03/02/2012	7,1	99,98	207,96
	170,20		73,3		

(*) Conforme Portaria de Autorização MME.

⁽¹⁾ Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos desde a 1ª Portaria do MME - Ministério de Minas e Energia. A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques.

⁽²⁾ Conforme contrato de compra e venda, o 3º quadriênio compreende o período entre julho de 2022 e junho de 2026, sendo cada ciclo anual iniciado em julho e finalizado em junho do ano seguinte.

⁽³⁾ Valor atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) desde julho de 2011. E pela CCEE com data-base julho de 2024.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em 11 de abril de 2025.

1.1. Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de certos ativos imobilizados na data de transição para o CPC e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

2.1. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas abaixo e as políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na seção 3.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023, cujas participações são apresentadas a seguir:

Companhia	Participação direta
Central Eólica Angical S.A.	100,00%
Central Eólica Caititu S.A.	100,00%
Central Eólica Coqueirinho S.A.	100,00%
Central Eólica Corrupião S.A.	100,00%
Central Eólica Inhambu S.A.	100,00%
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.	100,00%
Central Eólica Teiú S.A.	100,00%

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados, se aplicável, em transações entre companhias do grupo são eliminados. As práticas contábeis e os períodos contábeis das demonstrações das controladas são idênticos ao da controladora.

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes das investidas.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Contas a receber

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras; (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de "impairment"; e (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de "impairment" em 31 de dezembro 2024 (nota explicativa

nº 8). O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

3.3. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

- (i) **Custo amortizado:** Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia e suas controladas. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.
- (ii) **Mensurados a valor justo por meio do resultado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

a) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros.

b) “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis, sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

Para exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foi identificado “impairment” para ativos financeiros.

c) Desreconhecimento

A Companhia e controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, derivativo ou designado como tal, no reconhecimento inicial e, subsequentemente, mensurado ao custo amortizado e atualizado pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por empréstimos e financiamentos e fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.4. Depósitos vinculados

Garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento das controladas.

3.5. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, ou seja, a participação nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados.

3.6. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens (nota explicativa nº 10). O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados e custos socioambientais e de desmobilização.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL por meio da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, alterada pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, limitada ao período e autorização vigente do parque eólico.

3.7. Intangível

Composto pelos direitos de uso de ativos para exploração e servidão pagos durante a construção dos parques eólicos. Para os contratos em que a Companhia e suas controladas atuam como contratantes, os pagamentos foram capitalizados no ativo intangível desde o início do contrato e, após a entrada em operação, passou a ser amortizado pelo período remanescente da autorização vigente do parque eólico.

3.8. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

3.8.1. Direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

3.8.2. Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

3.8.3. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.9. “Impairment” de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados anualmente para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Para exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foi identificado “impairment” para ativos não financeiros.

3.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.11. Financiamentos

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras.

3.12. Contas de ressarcimento – CCEE

As contas de ressarcimento – CCEE referem-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

- a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual atualizado sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 30 de junho de 2018, o segundo quadriênio se encerrou em 30 junho de 2022 e o terceiro quadriênio se iniciou em julho de 2022.

- b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as Companhias receberão 70% do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente.

3.13. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) as controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

O imposto de renda e a contribuição social geralmente são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções elaboradas e fundamentadas por premissas internas. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos, e os valores contabilizados e as projeções são periodicamente revisados.

3.15. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado, alinhado com o pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia e de suas controladas.

3.17. Custos de desmobilização do parque eólico

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; (v) painéis elétricos; e (vi) outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de desmontagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

3.18. Novos pronunciamentos técnicos

3.18.1. As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

- IAS 1 (CPC 26) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- IAS 7 (CPC 03) e IFRS 7 (CPC 40) – Acordo de financiamento de fornecedores;
- IFRSS 16 (CPC 06) – Arrendamentos, locações em venda e relocação.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

3.18.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

- IAS 7 (CPC 40) E IAS 9 (CPC 48) – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros;
- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
- IFRS19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação;
- IAS 21 (CPC 02) – Falta de permutabilidade.

As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Não é esperado impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia decorrente de tais alterações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia e suas controladas assumiram a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a contratos de cessão de direito de uso de terrenos onde está localizado o parque eólico. A provisão é mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e pelas mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

b) Contas de ressarcimento – CCEE

As contas de ressarcimento – CCEE refletem os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais (nota explicativa nº 3.12). A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

c) “Impairment”, vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

A Companhia e suas controladas revisam anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota explicativa nº 3.6.

d) Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas têm a prática de gerenciar internamente suas demandas judiciais e utiliza-se de escritórios especializados de forma pontual, em geral em ações relacionadas à natureza tributária. A Companhia tem como procedimentos analisar, com base no histórico do pleito, qual é a expectativa de desembolso de caixa para cada uma das ações existentes e a respectiva probabilidade de perda. Dessa forma, o Departamento Jurídico elabora uma análise com base no valor da ação, do risco e da provisão necessária para registro nas demonstrações financeiras, sendo este valor normalmente destoante do valor da causa.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco de escassez de vento. O programa de gestão de risco global da Companhia e suas controladas se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia e suas controladas não celebraram contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos durante o exercício destas demonstrações financeiras. A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia, CCEE.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

d) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladoras ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço

patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Total de financiamentos (nota explicativa nº 15)	185.910	210.275
(-) caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7)	(108.518)	(115.942)
(-) depósitos vinculados	(30.863)	(29.864)
Dívida líquida (a)	46.529	64.469
Total do patrimônio líquido	468.610	484.436
Total do capital (b)	515.139	548.905
Índice de alavancagem financeira - % (a/b)	9%	12%

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Ativos financeiros</u>				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Caixa e bancos (nota explicativa nº 7)	922	1.078	108.518	115.942
Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8)	-	-	10.677	10.531
Depósitos vinculados	15.493	14.138	30.863	29.864
<u>Passivos financeiros</u>				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Fornecedores (nota explicativa nº 13)	-	24	2.415	5.605
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15)	-	-	185.910	210.275
Partes relacionadas (nota explicativa nº 26)	16.310	14.711	-	-
Arrendamentos a pagar (nota explicativa nº 17)	-	-	7.201	7.492

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	3	1	3.563	3.776
CDB	-	-	6.808	52.717
Fundos de investimentos	919	1.077	98.147	59.449
	922	1.078	108.518	115.942

O saldo de recursos em banco e em caixa compreende aos depósitos em contas-correntes disponíveis para uso imediato.

As aplicações financeiras estão atreladas a cotas de Fundos de Investimentos Itaú Unibanco Top DI Referenciado, a cotas de Fundos de Investimentos Bradesco Renda Fixa Crédito Privado Empresarial Plus e a CDB Bradesco Pós-Fixado. Em 31 de dezembro de 2024 o Fundo do Itaú rendeu 104,2% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (2023, 105,9%), o Fundo do Bradesco rendeu 110,6% do CDI e os CDBs do Bradesco renderam 100,3% do CDI (2023, 101,5%).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, motivo pelo qual são classificadas como caixa e equivalente de caixa.

8. CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO)

	31/12/2024	31/12/2023
CCEE	10.677	10.531

Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), recebido mensalmente. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2024. Não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia.

9. INVESTIMENTOS

O investimento da Companhia está representado pela participação em controladas, a saber:

Centrais Eólicas	Ações ordinárias	Participação no capital integralizado	Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
		31/12/2024 e 31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Angical	716.130	100%	32.012	33.878	(1.866)	1.554
Caititu	962.501	100%	67.049	68.137	(1.088)	3.943
Coqueirinho	995.871	100%	81.904	84.447	(2.543)	5.493
Corrupião	718.662	100%	68.402	71.400	(2.998)	3.893
Inhambu	930.175	100%	94.631	94.560	81	6.022
Tamanduá Mirim	1.052.599	100%	66.639	73.357	(6.718)	563
Teiú	745.398	100%	53.034	53.466	(432)	3.302
			463.671	479.245	(15.564)	24.770

A movimentação do saldo de investimento está demonstrada a seguir:

Centrais Eólicas	Saldos em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2024
Angical	32.324	1.554	-	33.878	(1.866)	-	32.012
Caititu	64.443	3.943	(249)	68.137	(1.088)	-	67.049
Coqueirinho	79.829	5.493	(875)	84.447	(2.543)	-	81.904
Corrupião	67.507	3.893	-	71.400	(2.998)	-	68.402
Inhambu	89.671	6.022	(1.133)	94.560	81	(10)	94.631
Tamanduá	72.794	563	-	73.357	(6.718)	-	66.639
Teiú	50.523	3.302	(359)	53.466	(432)	-	53.034
Total	457.091	24.770	(2.616)	479.245	(15.564)	(10)	463.671

10. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	10%	20.834	(2.808)	18.026	23.904
Aerogeradores	4,4%	780.587	(319.569)	461.018	498.844
Sistemas de transmissão e conexão	3,2%	40.471	(12.993)	27.478	26.552
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	73.045	(27.170)	45.875	29.521
Terrenos	-	601	-	601	601
Meio Ambiente - Desmobilização	4%	31.224	(3.841)	27.383	28.623
Em andamento e outros	10%	5.593	(402)	5.191	12.561
		952.355	(366.783)	585.572	620.606

	31/12/2022	Adições	Baixas	Reclassificações (i)	31/12/2023
Custo / Andamento					
Máquinas e equipamentos / andamento	20.232	15.611	-	(10.397)	25.446
Aerogeradores	759.750	-	-	1.176	760.926
Sistemas de transmissão e conexão	40.417	-	-	54	40.471
Edificações, obras civis e benfeitorias	72.511	99	-	85	72.695
Em andamento e outros	385	2.190	-	10.315	12.890
Desmobilização de parques	33.968	-	(1.398)	(1.346)	31.224
Terrenos	601	-	-	-	601
Total do custo / andamento	927.864	17.900	(1.398)	(113)	944.253
Depreciação / amortização					
Máquinas e equipamentos	(378)	(1.433)	-	269	(1.542)
Aerogeradores	(226.385)	(35.443)	-	(254)	(262.082)
Sistemas de transmissão e conexão	(12.498)	(1.417)	-	(4)	(13.919)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(40.281)	(2.895)	-	2	(43.174)
Outros imobilizados	(310)	(69)	-	50	(329)
Desmobilização de parques	(1.300)	(1.301)	-	-	(2.601)
Total da depreciação / amortização	(281.152)	(42.558)	-	63	(323.647)
Total do imobilizado líquido	646.712	(24.658)	(1.398)	(50)	620.606

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	Reclassificações (i)	31/12/2024
Custo / Andamento						
Máquinas e equipamentos / andamento	25.446	5.447	83	(10.709)	567	20.834
Aerogeradores	760.926	4.743	(1.543)	11.181	5.280	780.587
Sistemas de transmissão e conexão	40.471	-	-	-	-	40.471
Edificações, obras civis e benfeitorias	72.695	-	-	183	167	73.045
Em andamento e outros	12.890	(536)	(44)	(655)	(6.062)	5.593
Desmobilização de parques (Nota 16)	31.224	-	-	-	-	31.224
Terrenos	601	-	-	-	-	601
Total do custo / andamento	944.253	9.654	(1.504)	-	(48)	952.355
Depreciação / amortização						
Máquinas e equipamentos	(1.542)	(1.829)	-	301	262	(2.808)
Aerogeradores	(262.082)	(57.486)	533	(301)	(233)	(319.569)
Sistemas de transmissão e conexão	(13.919)	925	113	-	(112)	(12.993)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(43.174)	16.004	-	-	-	(27.170)
Outros imobilizados	(329)	(244)	-	-	171	(402)
Desmobilização de parques (Nota 16)	(2.601)	(1.079)	-	-	(161)	(3.841)
Total da depreciação / amortização	(323.647)	(43.709)	646	-	(73)	(366.783)
Total do imobilizado líquido	620.606	(34.055)	(858)	-	(121)	585.572

(i) Em 2024, a Cia reclassificou o montante de R\$ 84 (2023, R\$ 50) para o grupo de intangível.

11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	31/12/2022	Adições	Reclassificação	31/12/2023	Adições	Baixa	Reclassificações	31/12/2024
Custo								
Cessão de uso de solo e servidões (i)	13.863	-	(41)	13.822	-	-	-	13.822
Outros	191	-	210	401	-	(3)	13	411
Total do custo	14.054	-	169	14.223	-	(3)	13	14.233
Amortização e outros								
(-) Amortizações cessão de uso de solo	(4.395)	(389)	(24)	(4.808)	(389)	-	-	(5.197)
(-) Outros	(73)	(74)	(95)	(242)	(97)	-	71	(268)
Total de amortização e outros	(4.468)	(463)	(119)	(5.050)	(486)	-	71	(5.465)
Intangível líquido	9.586	(463)	50	9.173	(486)	(3)	84	8.768

(i) Refere-se aos contratos de cessão de uso de solo, pagos durante a fase de construção dos parques eólicos, que concede ao contratante os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão.

12. DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO (CONSOLIDADO)

A movimentação do direito de uso de terrenos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi a seguinte:

	Terrenos	Edificações	Total
<u>Custo</u>			
Saldo em 31/12/2022	13.151	176	13.327
Remensuração	(1.905)	-	(1.905)
Saldo em 31/12/2023	11.246	176	11.422
Remensuração	331	-	331
Saldo em 31/12/2024	11.577	176	11.753
<u>Depreciação</u>			
Depreciação em 31/12/2022	(1.857)	(141)	(1.998)
Adições no exercício	(455)	(35)	(490)
Depreciação em 31/12/2023	(2.312)	(176)	(2.488)
Adições no exercício	(466)	-	(466)
Depreciação em 31/12/2024	(2.778)	(176)	(2.954)
Saldo líquido em 31/12/2023	8.934	-	8.934
Saldo líquido em 31/12/2024	8.799	-	8.799

O prazo do arrendamento é de 35 anos, consoante período de concessão da licença determinado pelas Portarias do Ministério de Minas e Energia ("MME").

Os valores reconhecidos de remensuração R\$ 331 (2023, R\$ 1.905 negativo) não afetaram as demonstrações de fluxo de caixa.

13. FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

O saldo a pagar aos fornecedores de máquinas, equipamentos e empresas prestadoras de serviços técnicos especializados e de engenharia, está assim representado:

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Equipamento / Serviço</u>		
Sistemas elétricos	1.291	4.460
Tarifas de transmissão	285	297
Outras contas a pagar	839	848
	2.415	5.605

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não realizou operações de risco sacado.

14. CONTAS DE RESSARCIMENTO – CCEE (CONSOLIDADO)

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	67.095	73.515
Penalidade	3.020	-
Ressarcimento	30.005	1.616
Baixa	(24.495)	(11.372)
Atualização	3.210	3.336
Saldo no final do exercício	78.835	67.095
Circulante	54.852	64.841
Não circulante	23.983	2.254

Em regime de autorização, o Complexo Eólico BW Guirapá tem toda a sua produção contratada por um prazo de vinte anos com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva - 2011 (“LER 2011”) no ambiente regulado. As contas de ressarcimento - CCEE se referem às diferenças entre o valor contratado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

- O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual atualizado sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 30 de junho de 2018, o segundo quadriênio se encerrou em 30 junho de 2022 e o terceiro quadriênio teve início em julho de 2022.
- Caso a energia fornecida seja inferior a 90% (noventa por cento) da energia contratada, o devido ressarcimento ocorrerá com aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90% (noventa por cento) contratados. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as Companhias receberão 70% (setenta por cento) do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130% (cento e trinta por cento) contratados. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente.

Adicionalmente, a partir de junho de 2023, a CCEE deu início às reapurações dos cálculos dos ressarcimentos, considerando a energia não fornecida por *constrained off* de usinas eólicas. Os efeitos foram calculados para CCEARs e CERs, com término do ano contratual até setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021, ainda não foi divulgado o cronograma de reapurações, porém, é esperado que isto ocorra durante o ano de 2025, por causa da publicação das novas regras de comercialização conforme resolução normativa ANEEL N° 1.110, de 10 de dezembro de 2024 (versão 2025.5.0). A Companhia refletiu na segregação entre circulante e não circulante o cronograma já divulgado.

15. FINANCIAMENTO (CONSOLIDADO)

Em 6 de outubro de 2015, as Centrais Eólicas assinaram, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), os contratos de financiamento de construção do parque eólico.

O financiamento está distribuído pelas SPEs da seguinte forma:

Centrais Eólicas	Nº do contrato	Subcrédito A	Subcrédito B	Subcrédito C	Total
Angical	15.2.0345.1	R\$ 22.474	R\$ 6.342	-	R\$ 28.816
Caititu	15.2.0346.1	R\$ 39.330	R\$ 11.098	-	R\$ 50.428
Coqueirinho	15.2.0347.1	R\$ 49.446	R\$ 14.268	-	R\$ 63.714
Corrupião	15.2.0348.1	R\$ 46.080	R\$ 14.480	-	R\$ 60.560
Inhambu	15.2.0344.1	R\$ 69.391	R\$ 16.382	R\$ 1.945	R\$ 87.718
Tamanduá Mirim	15.2.0349.1	R\$ 50.942	R\$ 14.374	-	R\$ 65.316
Teiú	15.2.0343.1	R\$ 25.741	R\$ 8.667	-	R\$ 34.408

Para todas as controladas, a taxa de juros dos contratos é de 2,65% a.a. mais a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), com pagamentos mensais e sucessivos, vencendo o primeiro em 15 de dezembro de 2015 e o último em 15 de abril de 2032.

A Companhia, junto com as demais SPEs e a "holding", deve manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado para todo o grupo a partir de 1,30. O BNDES autorizou, através de aditivo contratual datado de junho de 2021, a obrigação de aporte de recursos adicionais, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, para que o cálculo do referido índice atinja 1,30 em caso do ICSD inferior a 1,30, mas igual ou superior a 1,10, sendo, nessa hipótese, considerada cumprida a obrigação contratual prevista para o exercício em questão. Em 31 de dezembro de 2024, o índice ICSD foi de 1,10 e, desta forma, a holding procedeu o necessário aporte de R\$ 9.000 na conta de reserva, em 18 de fevereiro de 2025.

As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da Companhia, penhor das ações da Controladora, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

a) Movimentação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício	210.275	233.805
Encargos de dívidas - juros e variação monetária	18.639	21.240
Amortização do principal	(26.364)	(26.090)
Pagamento de juros	(17.095)	(19.135)
Apropriação de custo - IOF sobre financiamento	455	455
Saldo no final do exercício	<u>185.910</u>	<u>210.275</u>
Circulante	26.142	26.758
Não circulante	159.768	183.517

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
2025	-	26.758
2026	26.142	26.758
2027	26.142	26.758
2028	26.142	26.758
2029	26.142	26.758
2029 em diante	55.200	49.727
	<u>159.768</u>	<u>183.517</u>

b) Depósitos vinculados

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósitos vinculados	15.493	14.138	30.863	29.864

No Consolidado refere-se ao depósito vinculado no montante de R\$ 30.863 (2023, R\$ 29.864) como garantia do pagamento do financiamento com o BNDES, mantido em fundo de investimento junto ao Banco Itaú, com meta de remuneração de 100% do CDI. Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor deste contas reservas, com recursos vinculados, no valor correspondente a três meses do serviço da dívida e contrato de O&M. Em 2020, existia uma conta reserva especial destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos da atividade operacional de acordo com o contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, porém em junho de 2021 o BNDES autorizou a extinção dessa Conta Reserva Especial e a constituição de cessão fiduciária incidente sobre os créditos depositados nessa conta. Com isso, a premissa de cálculo do ICSD foi alterada e as aplicações antes existentes nas contas Reserva Especial das SPE's, foram transferidas e concentradas na BW Guirapá (controladora) no montante de R\$ 15.493 (2023, R\$ 14.138).

16. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS (CONSOLIDADO)

A Companhia utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à provisão para fechamento de parques eólicos, assim como a desmobilização dos ativos atrelados às suas operações. Do montante provisionado, não estão deduzidos os custos potencialmente cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

A movimentação da provisão para desmobilização está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Não circulante</u>		
Saldo no início do exercício	28.623	40.647
Reversão / baixa provisão desmobilização	(5.242)	(12.024)
Saldo no final do exercício	<u>23.381</u>	<u>28.623</u>

No quarto trimestre de 2023, a Companhia contratou uma consultoria especializada para reavaliar as premissas aplicadas à provisão da desmobilização dos parques eólicos, considerando todos os custos de desmontagem para a remoção das turbinas eólicas, das SES "Subestações" - BW Guirapá I e BW Guirapá II, das LTS "Linhas de Transmissão" de 69 KV e em obras civis. A partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses parques eólicos ao término da autorização, atualizado pela inflação medida pelo IPCA, descontados a valor presente, considerando uma taxa de longo prazo do tesouro direto, o valor atualizado da provisão ficou em R\$ 23.381 (2023, R\$ 28.623).

17. ARRENDAMENTOS A PAGAR (CONSOLIDADO)

A movimentação do passivo de arrendamento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi a seguinte:

	Terrenos	Edificações	Total
Saldo em 31/12/2022	10.161	34	10.195
Remensuração	(1.905)	-	(1.905)
Pagamentos	(1.134)	(41)	(1.175)
Realização AVP	370	7	377
Saldo em 31/12/2023	<u>7.492</u>	<u>-</u>	<u>7.492</u>
Remensuração	331	-	331
Pagamentos	(1.036)	-	(1.036)
Realização AVP	414	-	414
Saldo em 31/12/2024	<u>7.201</u>	<u>-</u>	<u>7.201</u>
Circulante	614	-	614
Não circulante	6.587	-	6.587

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	
2026	586
2027 a 2030	2.058
2031 a 2035	2.022
2036 a 2040	1.543
2041 em diante	378
Total	<u>6.587</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia utilizou como taxa de desconto, a taxa de juros de financiamentos do contrato BNDES para as operações de terrenos e edificações de 9,54% a.a. (2,65% a.a. mais a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP")).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 604.389, composto por 1.001.385 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas.

b) Destinação dos lucros

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido, mediante a aprovação prévia do BNDES durante o prazo do financiamento (nota explicativa nº 15), ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o excedente será destinado à formação de reserva para investimentos e expansão.

c) Lucro (prejuízo) por ação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(15.826)	24.482
Média ponderada das ações	1.001.385	1.001.385
Lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações básico em R\$	(15,80)	24,45

19. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE ENERGIA (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita com geração de energia	98.568	122.119
Impostos sobre faturamento:		
PIS	(683)	(728)
COFINS	(3.780)	(3.584)
Receita líquida	<u>94.105</u>	<u>117.807</u>

20. CUSTOS COM GERAÇÃO DE ENERGIA (CONSOLIDADO)

	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação	(44.079)	(41.630)
Amortização	(434)	(1.732)
Transmissão de Energia (i)	(13.421)	(9.291)
Encargos de uso do sistema e controle operação, taxa associativa (ONS, CHESF e CCEE)	(945)	(815)
Operação e manutenção da usina	(35.415)	(31.586)
Penalidade CCEE	(3.019)	-
	<u>(97.313)</u>	<u>(85.054)</u>

- (i) O aumento no custo de transmissão de energia refere-se, principalmente, pela majoração da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão, ocasionada pelo fim do período de estabilização da TUST para usinas com energia vendida em leilão, ocorrido em 2024. Atualmente, esta tarifa é calculada pela ANEEL a cada ciclo tarifário.

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal	-	-	(4.225)	(3.439)
Serviços de terceiros	(45)	(25)	(1.553)	(1.398)
Seguros	-	-	(2.371)	(1.985)
Impostos e taxas	(4)	(3)	(589)	(24)
Manutenção	-	(2)	(125)	(182)
Viagens e estadias	-	-	(100)	(124)
Depreciação	(59)	(63)	(147)	(149)
Outras	(81)	-	(120)	(360)
	<u>(189)</u>	<u>(93)</u>	<u>(9.230)</u>	<u>(7.661)</u>

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Penalidades (i)	-	-	-	68
Sinistro (ii)	-	-	1.242	-
Conta Gráfica (iii)	-	-	-	40
Reversão desmobilização (iv)	-	-	-	10.627
Baixa de imobilizado	-	-	(895)	-
Impostos e taxas	(94)	(102)	(1.114)	(1.429)
Outras	(6)	-	880	921
	<u>(100)</u>	<u>(102)</u>	<u>113</u>	<u>10.227</u>

- (i) Vide notas explicativas nºs 3.12 e 14.
- (ii) Refere-se ao recebimento de sinistro de seguros pela quebra de gearboxes.
- (iii) Reembolso de gastos através de prestação de contas por “Conta Gráfica”, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado em 22 de dezembro de 2017, entre os Vendedores, Cia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa e BW Guirapá I S.A.
- (iv) Efeito líquido da reavaliação do passivo de desmobilização, pela reversão da provisão e amortização da desmontagem dos parques eólicos, conforme nota explicativa nº 16.

23. RESULTADO FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre financiamentos	(18.636)	(21.240)
IOF sobre empréstimos	(471)	(466)
Encargos financeiros sobre financiamentos	(19.107)	(21.706)
Outras despesas financeiras	(4.281)	(4.600)
	<u>(23.388)</u>	<u>(26.306)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros de aplicações financeiras	13.821	17.087
Outras receitas financeiras (i)	6.224	38
	<u>20.045</u>	<u>17.125</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(3.343)</u>	<u>(9.181)</u>

(i) Em 2024, inclui o efeito da reversão da provisão para desmobilização (nota explicativa n.º 16).

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia realiza a sua apuração com base no lucro real. Adicionalmente, em função do empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente nas receitas da geração de energia elétrica, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, conforme Laudos Constitutivos de nº 487, 488, 489, 490, 491, 492 e 428/2018, substituídos pelos de nº 291, 292, 293, 300, 301, 302, e 303/2019.

Os valores de IRPJ e CSLL que afetaram os resultados dos respectivos exercícios estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(15.826)	24.482	(15.668)	26.138
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL às alíquotas a legislação	<u>5.381</u>	<u>(8.324)</u>	<u>5.327</u>	<u>(8.887)</u>
Adições e exclusões:				
Equivalência patrimonial	(5.292)	8.422	-	-
Outros	(89)	(98)	(5.523)	3.084
Incentivo fiscal Sudene	-	-	38	4.147
IRPJ/CSLL	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(158)</u>	<u>(1.656)</u>

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui cobertura de seguros contratada para os sete parques eólicos pela empresa "holding" BW Guirapá I S.A., de seguro de riscos operacionais de R\$ 802.915 (2023, R\$ 907.942) e de responsabilidade civil, empresarial e seguro fiança de R\$ 82.644 (2023, R\$ 82.084).

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas estão relacionadas a seguir:

- (a) No dia 22 de junho de 2021, o BNDES autorizou a extinção das Contas Reserva Especial da Holding e SPE e a criação da Conta Reserva de Complementação do ICSD e a constituição de cessão fiduciária incidente sobre os créditos depositados nessa conta. Com isso, a premissa

de cálculo do ICSD foi alterada e as aplicações antes existentes nas contas Reserva Especial das SPE's, foram transferidas e concentradas na BW Guirapá.

	Angical	Caititu	Coqueirinho	Corrupião	Inhambu	Teíu	Total
<u>Passivo não circulante</u>							
Saldo em 31/12/2023	1.168	2.473	3.079	3.331	2.075	2.585	14.711
Juros provisionados	126	269	335	362	226	281	1.599
Saldo em 31/12/2024	<u>1.294</u>	<u>2.742</u>	<u>3.414</u>	<u>3.693</u>	<u>2.301</u>	<u>2.866</u>	<u>16.310</u>

- (b) Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa das atividades corporativas entre Ferbasa e BW:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Partes relacionadas – despesas gerais e administrativas</u>		
Ferbasa	576	550

- (c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração, que inclui os executivos e diretores da Companhia e suas controladas, totalizou R\$ 3.160 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (2023, R\$ 2.238), correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários.

A Companhia e suas controladas não possuem planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

A remuneração da Administração, nos exercícios de 2024 e 2023, foi efetuada pela Central Eólica Inhambu S.A., Central Eólica Corrupião S.A. e pela Central Eólica Caititu S.A..

27. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui processos de natureza cível e administrativa, todos decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos e, também, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avaliou a expectativa do desfecho desses processos em andamento, entendendo não haver a necessidade de constituição de uma provisão para contingências. Os processos classificados como perda possível não são provisionados nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, classificados como risco possível com valor de causa atualizado atribuído de R\$ 1.699 (2023, R\$ 3.541), porém considerando o estágio do processamento da ação e entendimento dos assessores jurídicos da Companhia sobre o mérito da demanda, não possui valor de risco envolvido a ser considerado até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras.

28. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou operação não envolvendo caixa, não refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- Direito de uso em arrendamentos no montante de R\$ 331 (2023, R\$ 1.905 negativo), conforme nota explicativa nº 12.

Oseias da Rocha Fiau
Diretor Presidente

Arnaldo Pereira Anastácio
Contador
CRC nº 1 RJ 61263/O-0 "T" BA